

RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.751 - AL (2012/0245813-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS UFAL
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRENTE : CIDETE CAVALCANTI DE MELO E OUTROS
ADVOGADO : ANTÔNIO GAMELEIRA CAVALCANTE E OUTRO(S) -
AL001295B
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal da Alagoas - UFAL, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 460):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA EM AÇÃO RESCISÓRIA. ÍNDICE DE 28,86%. REPOSICIONAMENTOS DECORRENTES DE LEGISLAÇÃO POSTERIOR ÀS LEIS 8.622/93 E 8.627/93. COMPENSAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. DEMANDA AJUIZADA ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA 2.180/01. JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS.

1. Se o título judicial concedeu o aumento vencimental de 28,86%, mas não adotou como parâmetro a decisão proferida pelo STF nos EDROMS 22.307-7/DF, nem determinou sua compensação daquele índice com os reajustes posteriores às Leis 8.622/93 e 8.627/93, tal abatimento não pode ser realizado em sede de execução, sob pena de ofensa à coisa julgada. Precedentes do STF e do STJ.

2. Nas ações ajuizadas antes da vigência da MP 2.180-35/01, que introduziu o art. 1.º-F na Lei 9.494/97, devem ser aplicados juros de mora de 1% ao mês.

3. Honorários de sucumbência fixados em R\$ 2.000,00, com base nos critérios de razoabilidade e proporcionalidade previstos no art. 20, §§ 3.º e 4.º, do CPC.

4. Embargos à execução rejeitados.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados, conforme a ementa a seguir (e-STJ, fl. 548):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA Em AÇÃO RESCISÓRIA. VINCULAÇÃO À COISA JULGADA. INCORRENCIA DA PRECLUSÃO *PRO JUDICATO*, INAPLICABILIDADE DA CLÁUSULA DE RESERVA D' PLENÁRIO. OMISSÕES. IN EXISTÊNCIA.

1. O Tribunal não negou, em termos genéricos e abstratos, a possibilidade de

Superior Tribunal de Justiça

compensação em sede de execução (art. 741 do CPC), mas a considerou, inviável, no caso concreto, diante do que fora decidido no processo de conhecimento.

2. O acórdão embargado não se omitiu a respeito de normas processuais atinentes à "preclusão para o juiz"; ao contrário, *a ratio* do aresto recorrido é, justamente, a preservação da eficácia vinculativa da coisa julgada material, que autoriza a correção do rumo da execução, com vistas no fiel cumprimento do dispositivo sentencial, até mesmo de ofício, por ser nula a execução que se afasta da condenação (*nulla executio sine previa cognitio*).

2. É desnecessária a invocação da regra do, art. 97 da CF, porque o v. aresto não deixou de aplicar o art. 1º-F da Lei 9.497/197 sob fundamento de índole constitucional, mas apenas utilizou critério de direito intertemporal.

3. Além de ser estranha ao que foi decidido no acórdão embargado, a regra do art. 97 da CF é expletiva porque se trata de decisão plenária, e não de decisão de órgão fracionário do Tribunal, que, esta sim, faria incidir a Súmula Vinculante nº 10 do STF.

4. Embargos de declaração conhecidos, mas não-providos.

A recorrente alega a existência de contrariedade aos arts. 463, 471, 741, V e VI, 535, II, do Código de Processo Civil de 1973; 1º e 3º da Lei n. 8.627/1993; 1.062 e 1.063 do Código Civil de 1916; e 1º-F da Lei n. 9.494/1997.

Sustenta que o Tribunal de origem incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar sobre a ocorrência da preclusão *pro judicato* quanto ao julgamento do pedido de compensação do percentual de 28,86% com os reajustes outorgados pelas Leis n. 8.622/1993 e 8.627/1993.

Assevera, de outra parte, que "os aumentos concedidos administrativamente são, efetivamente, pagamentos, podendo ser compensados em qualquer momento processual, inclusive na fase de formação do precatório e, obviamente, com mais propriedade, em sede de execução, sem que com isso haja ofensa a coisa julgada, já que na fase de conhecimento discute-se o direito, e na execução a implementação deste" (e-STJ, fls. 581/582).

Salienta, ainda, que os juros moratórios não podem ultrapassar o percentual de 6% ao ano, na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Assiste razão à parte recorrente no ponto em que sustenta violação do art. 535, II, do CPC/1973, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 437/461 e 542/549), em cotejo com os recursos da recorrente (e-STJ, fls. 1/5 e 525/533), revela que houve omissão no acórdão combatido quanto à impossibilidade de reapreciar a matéria referente à compensação e abatimento dos reajustes concedidos após as Leis n. 8.622/1993 e 8.627/1993.

Em igual sentido:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NÃO SUSPENSÃO DO FEITO PELO STF. PROSSEGUIMENTO DO JULGAMENTO NO STJ.

ALEGADA OMISSÃO SOBRE PONTO RELEVANTE. SUPOSTA ALTERAÇÃO ILEGAL DA CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO SOBRE TAL PONTO PELA CORTE DE ORIGEM. VIOLAÇÃO DO DISPOSITIVO DO ART. 535, II, DO CPC/1973 CONFIGURADA. NULIDADE DO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS.

1. De início, registro que retirei o processo de pauta anteriormente para aguardar o julgamento dos processos que tramitam no STF sobre a matéria em discussão, quais sejam, as ADPF n. 492 e 493 e a ADI 4986. Porém, ao passo em que verifico que não houve a concessão de liminar ou a determinação de suspensão dos feitos pela Suprema Corte em nenhum desses casos, noto que estão conclusos há bastante tempo sem julgamento. Assim, penso que não cabe suspender o presente feito, que deve prosseguir normalmente.

2. O art. 535, II, do CPC/1973 dispunha que os embargos declaratórios são cabíveis quando for omitido ponto sobre o qual devia se pronunciar o juiz ou tribunal.

3. No caso concreto, a despeito da oposição de embargos de declaração, o eg. Tribunal de origem deixou de examinar ponto suscitado pelos recorrentes, no sentido de que teria havido alteração ilegal da causa de pedir e de preclusão *pro judicato*.

4. É que, conforme alega, a parte autora, inicialmente, aduziu como causa de pedir que o Estado do Ceará já não poderia explorar loterias, mesmo com base na sua legislação, ao afirmar que o art. 22, XX, da Constituição Federal de 1988 não lhe daria mais suporte e que sequer podia subsistir pretensa autorização da União para o funcionamento das loterias estaduais, mesmo sob a vigência do Decreto-Lei n. 204/1967.

5. Entretanto, sustenta o ora recorrente que, após ter essa causa de pedir rechaçada pela sentença, a parte autora em grau de apelo teria alterado e passado a sustentar que "não se trata de questionar o fenômeno da recepção do Decreto-Lei (federal) n. 204/67 como Lei Complementar" e que a sentença deveria ser reformada para que "os réus se abstenham, em definitivo, de promoverem os jogos de azar conhecidos como Loteria Tradicional, Totolec e Loteria dos Sonhos, ou 'de qualquer outra espécie'".

6. A parte recorrente aduziu, ainda, que o mesmo Tribunal *a quo*, quando examinou recurso de agravo de instrumento neste feito, sob n. AgRg no AGTR 58.573/CE, já havia consignado que o acolhimento do pedido e da causa de pedir "alternativos" importaria violação do dispositivo do art. 294 do CPC/1973.

7. Ocorre que o eg. Tribunal de origem nada falou, tendo se limitado a consignar que não havia alteração ilegal do pedido, não se reportando, em nenhum ponto, sobre a alegada alteração ilegal da causa de pedir, sob esses dois fundamentos. Dessa forma, deve se pronunciar, de forma expressa, sobre tais pontos, uma vez que, ao valorar se se trata de causa de pedir, ou não, concluindo como entender de direito, permitirá a esta Corte Superior, em juízo seguinte - caso haja insurgência -, verificar se houve o malferimento do dispositivo do art. 264 do CPC/1973.

Superior Tribunal de Justiça

8. Recursos especiais providos.

(REsp 1.674.145/CE, de minha relatoria, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 4/4/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em declaratória.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

